

## A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Wanessa de Souza Amaral Mendes<sup>1</sup>  
Edgard Ricardo Benício<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo consiste em avaliar a prática docente relacionada à cultura inclusiva, compreendendo as dificuldades existentes em alunos com deficiência intelectual (DI) e constatando a importância de práticas pedagógicas adequadas, utilizando de meios lúdicos, com alunos do ensino regular de escolas públicas do ensino fundamental. O objetivo deste trabalho é pesquisar e entender o uso de técnicas pedagógicas específica para o aprendizado dos alunos com DI. É um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa, descritivo e de natureza básica. Para as análises, uma busca feita na internet utilizando as plataformas do Google Acadêmico e Scielo, para artigos científicos publicados entre o ano de 2015 a 2022, com os descritores: práticas pedagógicas, deficiência intelectual e inclusão. Os resultados mostram a importância da formação continuada do professor e uso do lúdico para facilitar o processo de aprendizado dos alunos, principalmente, com DI. Conclui-se a necessidade de maiores investimentos na formação inicial e continuada dos professores.

**Palavras-chave:** 1. Práticas Pedagógicas 2. Deficiência Intelectual 3. Inclusão

### ABSTRACT

This article consists of evaluating the teaching practice related to inclusive culture, understanding the difficulties existing in these students and noting the importance of adequate pedagogical practices, using playful means, with students from regular education in public elementary schools. The objective of this work is to research and understand the use of specific pedagogical techniques for the learning of students with Intellectual Disabilities - ID. It is a bibliographic study, with a qualitative, descriptive and basic nature. For the analysis, an internet search using Google Scholar and Scielo platforms, for scientific articles published between the year 2015 to 2022, with the descriptors: pedagogical practices, intellectual disability and inclusion. The results show the importance of continuing teacher education and the use of play to facilitate the learning process of students, especially those with ID. It is concluded that there is a need for greater investments in the initial and continuing education of teachers.

**Keywords:** 1. Pedagogical Practices 2. Intellectual Disability 3. Inclusion

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda sobre a importância das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual, trazendo as seguintes questões, quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para promover o aprendizado dos

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano, Campos Avançado de Hidrolândia – Polo Aparecida de Goiânia. E-mail: [wanessa.amaral@estudante.ifgoiano.edu.br](mailto:wanessa.amaral@estudante.ifgoiano.edu.br)

<sup>2</sup> Pedagogo, Mestre em Educação, Orientador de TCC do IF Goiano. E-mail: [edgard.ifgoiano@gmail.com](mailto:edgard.ifgoiano@gmail.com)

estudantes com DI, quais atividades lúdicas são realizadas em estudantes com DI e o que caracteriza a DI.

Correlacionar esse tema sobre práticas pedagógicas na inclusão em sala de aula é uma forma de capacitar os professores, sociedade e até os familiares dos alunos com Deficiência Intelectual alertando assim os mesmos sobre a importância das práticas pedagógicas na educação infantil inclusiva, trazendo o lúdico, a imaginação, criatividade, alegria e a compreensão sobre a realidade de uma forma divertida.

Entende-se que o aluno com DI possui um entendimento intelectual abaixo da média, diminuição do raciocínio lógico com limitações na comunicação e adaptação social. Sendo assim discentes com DI tem maiores dificuldades em construir seus conhecimentos em relação aos demais alunos (BRASIL, 2007).

Segundo Sampaio (2019) foi reconhecido que a deficiência intelectual está sempre acompanhada de um quadro de deficiência múltipla, já a deficiência múltipla para Rocha e Pletsch (2015) é um termo utilizado para, designar pessoas que têm mais de uma deficiência. Assim trabalhar com um aluno com DI já se sabe acarretará junto demais deficiências.

Por meio dessas hipóteses de problemas aqui levantadas será que é possível por intermédio do lúdico que os alunos com deficiências intelectuais sejam incluídos em sala, melhorando seu desenvolvimento cognitivo, físico, psicológico e social e aperfeiçoando também suas atividades motoras, com atividades específicas ao aluno com DI o processo de ensino aprendido é satisfatório?

O desígnio deste trabalho é demonstrar quais são as estratégias utilizadas pelos professores para promover o aprendizado dos alunos com deficiência intelectual ou propriamente dita múltipla, construindo uma análise crítica, com base em pesquisas teóricas já publicadas, sobre o que é a educação inclusiva, o que é um aluno com deficiência intelectual e quais atividades pedagógicas lúdicas é oferecida a estes alunos e se de fato essas atividades pedagógicas específica ao aluno com DI proporciona uma melhora no aprendizado deste discente, com o intuito de difundir ideias que possam contribuir com o aprendizado dos alunos com DI em um âmbito escolar regular, sendo de extrema necessidade entender quais são as práticas pedagógicas que fornecem a ludicidade tendo que ser “diferenciada de acordo com o aluno especial, de forma individual e não coletivo. Para isso o plano de aula deve ser flexibilizado toda vez que

houver necessidade, pensando assim em um atendimento voltado para um atendimento individual” (AMÂNCIO; SANTANA, 2013, p. 08).

A razão para a opção desta linha de pesquisa consiste na abordagem de uma análise voltada para o uso de práticas pedagógicas adequadas aos alunos com deficiência intelectual, em alunos do ensino fundamental de escolas públicas em ensino regular.

A educação inclusiva é uma conquista recente na educação e vem se transformando ao longo dos anos, segundo a Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146 (BRASIL, 2015), sabe-se que é direito de toda criança uma educação em sala regular Organização das Nações Unidas – ONU (2006) e é fato que os alunos especiais necessitam de uma melhor abordagem.

Segundo o artigo 28 desta mesma lei n. 11.146 é dever do poder público assegurar que o aluno crie, desenvolva, programe, acompanhe e avalie medidas coletivas ou individualizadas que inclua este aluno a participar e aprender em instituição de ensino regular, para assim desenvolverem um melhor aprendizado, utilizando o lúdico e demais técnicas pedagógicas como recursos metodológicos, respeitando as diversidades existentes de cada um, ensinando de uma maneira divertida, levando o aluno a uma construção gradual do aprendizado.

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS cerca de 10% da população mundial possui algum tipo de deficiência tanto física, auditiva, visual, mental, múltiplas, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) constatou que quase 46 milhões de brasileiros sendo 24% da população possui algum tipo de deficiência em enxergar, ouvir ou deficiência mental/intelectual. De acordo com a IBGE (2010) 1,4% dos brasileiros possuem deficiência mental/ intelectual.

Tendo em vista essa quantidade de brasileiros com deficiência intelectual e pensando em como ajudar e compreender as dificuldades existentes nesses alunos é possível constatar a importância de técnicas pedagógicas eficaz com esses discentes, sendo de extrema importância ações brincantes na rotina dos alunos com DI, pois elas ajudam a construir um novo conhecimento de forma divertida e eficiente.

É direito da criança com deficiência ser incluída com o objetivo de proteção e garantindo total acesso a todos as pessoas com deficiência, promovendo o respeito a sua dignidade incluindo assim os alunos com deficiência ao ensino regular. (ONU, 2011)

Mesmo passando por estágios de forma remota sabemos que é necessário um melhor entendimento em relação ao aluno DI, já que iremos nos deparar com esses tipos de alunos com necessidades especiais e sabe-se que o aprendizado deste aluno está literalmente ligado ao processo de aprendizado que ele terá no decorrer da sua formação.

No decorrer do meu curso de licenciatura em pedagogia fui me apaixonando por disciplinas que abordavam o tema de inclusão escolar até porque tenho um primo que é deficiente intelectual. Ele tem hidrocefalia e foi classificado com um grau de retardo mental de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças – CID 10 com retardo mental grave o que diz um QI entre 20-40, com base nessa classificação ele irá necessitar de uma assistência contínua (DATA-SUS, 2018).

Ao observar o desenvolvimento do meu primo foi possível observar que a maioria das atividades desenvolvidas em sala não despertava o interesse e atenção dele, mostrando assim talvez um despreparo da unidade escolar para receber esse tipo de aluno. Não havia adaptação para ele e o mesmo ficou perdido na turma do 1º ano por mais de 6 meses, até que sua mãe entrou em contato com a assistência social e conseguiu um professor específico para desenvolver atividades pedagógicas condizentes com a sua deficiência.

Após este episódio e já cursando a faculdade de pedagogia veio o despertar da necessidade de trabalhar este tema sobre a importância das práticas pedagógicas adequadas aos alunos com deficiência intelectual, pois foi por meio destas práticas que, hoje, meu primo consegue falar melhor, se movimentar e até se expressar de forma igualitária as outras crianças.

Os problemas de pesquisa aqui levantados são: quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para promover o aprendizado dos estudantes com DI? Quais atividades lúdicas são realizadas em estudantes com DI? O que caracteriza a DI?

O trabalho em questão tem como objetivo geral pesquisar e entender o uso de técnicas pedagógicas específicas para o aprendizado dos alunos especiais com

deficiência intelectual, devidamente matriculados na rede pública de ensino, compreendendo quais são as melhores atividades lúdicas para se realizar com o aluno que possui DI, e o que de fato é a Deficiência Intelectual, o que caracteriza e quais são as classificações existentes.

Com objetivos específicos identificar estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores na prática educativa em estudantes com deficiência intelectual; caracterizar a deficiência intelectual e debater a inclusão no contexto educativo.

A metodologia da pesquisa tem abordagem qualitativa, de natureza básica e quanto à classificação é exploratória. Quanto aos procedimentos do trabalho é bibliográfica. Para as análises foram feitos levantamento de dados a partir de artigos publicados no portal do Google Acadêmico entre os anos de 2015 a 2022. Com os seguintes descritores: deficiência intelectual, inclusão, práticas pedagógicas.

Desse modo, queremos com esta pesquisa conseguir identificar práticas pedagógicas mais específicas atender a necessidade do aluno com DI e se de fato práticas pedagógicas adequadas terá uma melhora no desempenho tanto cognitivo, motor e comportamental e assim contribuir para a discussão na formação dos professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O QUE CARACTERIZA A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Atualmente nos últimos anos de fato o assunto deficiência intelectual é mais abordado é nas últimas décadas a educação inclusiva vem sendo trabalhada de forma gradual no Brasil com embasamento legal recentemente foi promulgado uma Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei essa de nº 13.146, com o intuito de garantir e gerar o direito das pessoas com Deficiência Intelectual fazendo jus a inclusão social e de cidadania deste público (BRASIL, 2015).

A referida Lei dedica inclui uma estrofe específica para a educação inclusiva, sendo este

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (p. 9).

Sendo assim é assegurado por Lei 13.146 art. 27 que é direito da pessoa com deficiência não somente DI ao sistema educacional inclusivo que de forma igualitária com técnicas necessárias para que o aluno possa desenvolver sua capacidade explorando o máximo possível (BRASIL, 2015).

O Art. 28 da mesma Lei nos diz que é dever do poder público desenvolver, implementar e acompanhar medidas que sejam individuais ou coletivas para assegurar tanto o acesso, constância e a participação do aluno na instituição garantindo também o seu aprendizado (BRASIL, 2015).

Mesmo com a Lei 13.146 art. 27 que assegura os direitos ao aluno inclusivo não se pode deixar de notar a descuido em relação ao atendimento a estes alunos com necessidades específicas, ou seja, práticas pedagógicas adequadas a sua necessidade para que assim ele consiga construir o processo do conhecimento. Beyer (*apud* 2010, p. 62) nota que

Não há como considerar que uma criança com deficiência mental, com autismo, com paralisia cerebral ou com uma deficiência sensorial (visual ou auditiva) possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem.

De fato, como relata Beyer (2010) não tem como querer que atividades pedagógicas ou atendimento à alunos com alguma deficiência seja da mesma maneira quanto ao aluno sem qualquer tipo de deficiência.

Para conseguirmos trabalhar de uma forma justa e igualitária com o aluno da inclusão é necessário que propostas pedagógicas que entenda melhor a necessidade de cada aluno, sendo assim a escola necessita aprimorar o modo de ensinar para que assim tenha a construção do conhecimento a melhor maneira para que isso aconteça é um Plano Educacional Individualizado (PEI) assim será possível beneficiar o aprendizado dos estudantes com DI.

Atualmente na literatura existem vários autores que classificam e caracterizam o que de fato é a Deficiência Intelectual, para Amaral (2014) a DI é a ausência de algumas habilidades, tendo em vista dificuldades em realizar algumas atividades, tanto na comunicação, autocuidado, saúde e segurança, para Almeida (2007) é a uma nomenclatura utilizada para aqueles que apresentam algumas limitações na sua saúde mental, tarefas básicas rotineiras, comunicação e principalmente uma maior dificuldade em se relacionar com o ambiente.

Vale ressaltar que existe uma classificação onde é determinado o grau de retardo mental do DI o CID 10 essa classificação visa padronizar e catalogar todos os problemas e doenças relacionados a saúde e o retardo mental e está entre o F70-F79. Atualmente o termo retardo mental não é mais utilizado hoje chamamos de deficientes intelectuais, conforme o Data-SUS (2018):

- F70 Retardo Mental Leve: QI de 50-69, este aluno irá apresentar uma provável dificuldade na escola, mas que na fase adulta poderá ter um relacionamento social normal com um leve atraso mental.
- F71 Retardo Mental Moderado: QI de 35-49, com atraso acentuado na infância, podendo aprender cuidados pessoais e se comunicar, já na fase adulta será necessário assistência para um bom convívio social com atraso mental médio.
- F72 Retardo Mental Grave: QI de 20-40, necessita de assistência em toda a vida, com atraso mental grave.
- F73 Retardo Mental Profundo: QI abaixo de 20, com muitas limitações tanto para cuidados pessoais quanto para comunicação, mobilidade com atraso mental profundo.

O que atualmente conhecemos como deficiência intelectual, foi conhecida por outros diversos nomes ao longo da história, eram chamados de: portador de deficiência, idiota, imbecil, débil mental, maluco, doido e outros, sendo assim compreende-se que a DI, não deve ser definida como um transtorno médico ou mental, mesmo que contendo uma classificação médica das doenças e transtornos mentais (GARGHETTI, MEDEIROS E NUERNBEG, 2013).

## **2.2 O USO DE TÉCNICAS PEDAGÓGICAS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

É fato que atualmente com a lei vigente é preconizado que todos os alunos com necessidades educacionais especiais ou até mesmo aqueles que suas condições afetem o aprendizado como a deficiência física, múltiplas que são as paralisia cerebral, surdo ou cegueira, e também as deficiências sensoriais que são as auditivas, visual e a deficiência intelectual, transtorno severo de comportamento ou condutas típicas, que são os autistas e psicóticos e até mesmo as altas habilidades, todos desse conceito tem o direito de

serem inseridos no ensino regular com o mínimo possível de distorção entre sua idade e serie (GLAT, 1999).

Pensando nisso a ludicidade é fundamental para esses tipos de alunos, já que ela atua como forma terapêutica, pois é com a escuta que surge o valor e sentido a palavra, permitindo com que o aluno se organize e comece a entender e ser ouvido (*apud* FERNÁNDEZ, 1990).

Sendo assim a escuta de forma lúdica se torna mais efetiva, podendo possibilitar a esses alunos vez e voz para poder se expressar oralmente com mensagens subliminares. Para que a educação inclusiva seja possível é necessário avaliar as condições que torna possível a inclusão continua sendo bem planejada, é necessário modificar totalmente o sistema tradicional tornando essencial uma sociedade solidaria que valorize e respeite as adversidades, para Aranha a ideia da inclusão é

(...) um projeto a ser construído por todos: família, diferentes setores da vida pública e população leiga. Necessita planejamento, experimentação, de forma a se identificar o que precisa ser feito em cada comunidade, para garantir o acesso das pessoas com deficiência do local e de outras comunidades aos recursos e serviços nela disponíveis. Não se instala por decreto, nem de um dia para outro. Mas há que se envolver efetiva e coletivamente, caso se pretenda um país mais humano, justo e comprometido com seu próprio futuro e bem-estar (*apud* 2003, p.11).

A educação inclusiva necessita de mudanças e atitudes de todos, tanto do governo, instituição de ensino, comunidade, familiares, todos aqueles que estão ligados nas ações necessárias para transformar as práticas de atendimento as pessoas com necessidades educacionais, incluindo todos os alunos na escola sem distinção de cor, raça, condição física, psíquica ou motora. De fato, sabe-se que não é o suficiente que uma proposta se torne lei para que seja imediatamente aplicada a realidade, são diversas barreiras existentes que impede que a inclusão se torne realidade na prática, dentre tantos fatores existentes a principal acaba sendo o despreparo dos professores para poder receber em sua sala de aula de ensino regular a diversidade de alunos com problemas tanto de disciplina, aprendizado e deficiências (GLAT, 1999).

Aliando brincadeiras e jogos na rotina escolar pode auxiliar o aluno a enfrentar a exclusão, o docente tem um papel relevante para esse processo sendo necessário que ele utilize seu potencial articulador para auxiliar o aluno a enfrentar as possíveis dificuldades que o processo de inclusão pode trazer. A educação inclusiva traz como princípio a valorização e o respeito à diversidade humana com programas educacionais

que possa atender todos os alunos oferecendo um ensino de qualidade e comprometimento com o aprendizado (CARVALHO, 2017).

Nesse sentido é de suma importância que no processo de formação do professor ele aprenda e entenda melhor sobre práticas pedagógicas que faça entender melhor a diversidade, tendo em vista que o desconhecido leva ao medo, insegurança, indiferença e engessamento, por isso que o lúdico é crucial para o atendimento de alunos com deficiência principalmente intelectual, já que sabe-se que é reconhecendo cada aluno e em especial os com DI, reconhecendo suas dificuldades, possibilidades e capacidades o professor pode transformar suas práticas pedagógicas ampliando as oportunidades para garantir a aprendizagem, dando ao aluno com deficiência a oportunidade de fazer cada vez mais ir melhorando e tirando-o da condição de desvantagem, não deixando-o ser visto por menos ou o pior devido a sua deficiência (CARVALHO, 2017).

### **2.3 O LÚDICO NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Como citado na literatura as práticas dos ensinamentos tradicionais utilizados não podem de fato contribuir para o aprendizado em comum de todos os estudantes. “desta forma ao se pensar em formação continuada de professores, sobretudo de maneira colaborativa, a que se considerar que o lúdico deve permear o processo ensino aprendizagem” (CAPELLINI; LANGONA; FONSECA *apud* COELHO, 2011, p. 18).

De fato, nota-se que a deficiência intelectual está interligada com uma desvantagem e modificações na estrutura mental, dificultando o processamento de informações e tornando esse indivíduo um ser que necessita de um atendimento especial, sendo necessário considerar sua especificidade no momento do ensino aprendido.

Siluk (2011) destaca:

O sujeito com deficiência intelectual deve ser estimulado a construir seu conteúdo mental a partir da substituição dos objetos, das pessoas, das situações, dos eventos do mundo real. Esta capacidade de lidar com representações que substitui o próprio real (que encontra defasagens) é que vai possibilitar a esse sujeito libertar-se do espaço e do tempo presentes, fazer relações mentais na ausência das próprias coisas, imaginar, fazer planos, intenções. (SILUK, *apud* MACHADO, 2012, p. 14)

Dependendo da atividade na qual o educador queira proporcionar o brinquedo traz toda uma complexidade entre o real e o irreal, isso faz com que a criança comece a entender os conflitos criados pela limitação do mundo em que habita, sendo imprescindível a ludicidade em estudantes com deficiência é com estas brincadeiras e jogos que os alunos interagem e podem assim aprender de uma forma mais leve, tornando-os mais acessível ao conhecimento é com brincadeiras e jogos que os alunos interagem desenvolvendo o aprendizado de uma forma mais leve e divertida (*apud* AMÂNCIO; SANTANA, 2013, p. 06).

De fato, compreende-se que o ato de brincar é de certa forma essencial para o desenvolvimento humano, é brincando que mantemos a nossa saúde física, emocional e intelectual, não podendo ser de forma alguma negada a criança, já que é com estas atividades que o aluno mostra uma melhor desenvoltura.

Entende-se que para que o aluno com DI tenha acesso a educação especial existe inúmeros fatores para melhorar o ensino-aprendizado, alguns desses fatores são: métodos, técnicas, materiais especiais e equipamentos que podem de certa forma ajudar o docente em suas atividades. Para que se desenvolva uma educação inclusiva de qualidade é necessária uma adaptação no currículo, em salas de aula, nos professores, na escola, tornando-se necessário limitar a quantidade de aluno em sala, ter um local específico e materiais didáticos para que possa trabalhar o lúdico com esses estudantes (AMÂNCIO; SANTANA, 2013).

Vale ressaltar que o socioemocional evidencia o desenvolvimento cognitivo, sendo assim, os estímulos alcançados pela ludicidade melhora o processo de ensino aprendizagem.

Então, como citado abaixo:

O jogo é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos exatamente pela possibilidade de interação entre os pares numa situação imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos. Ao definir papéis a ser representarem inferindo significados diferentes aos objetivos para uso no brinquedo e no processo de administração ao tempo e espaço em que vão definindo aos diferentes temas de jogos, as crianças têm a possibilidade de levantar hipóteses, resolver problemas e ir cedendo, a partir da construção de sistemas de representação, ao mundo mais amplo ao qual não teriam acesso no seu cotidiano infantil (FRANÇA *apud* LENCIONI, 2007, p. 28).

Atividades lúdicas trabalha-se o aprendizado, intercâmbio, juízo, como agir e provoca maiores estímulos ao sistema neurológico, melhorando vários aspectos do indivíduo com DI como a psicomotricidade o desempenho físico, intelectual e mental, essas atividades melhoram todo o desenvolvimento do aluno tanto físico, intelectual e social.

Para Vygotsky (1998) o ato de brincar leva o DI a melhorar sua comunicação com seus familiares e pessoas do seu convívio, aprimora sua percepção sobre si mesmo, amplia sua imaginação, confiança, autoestima, autocontrole e compreensão. Sendo assim constata-se que as atividades lúdicas promovem o aprender fazendo, o coleguismo e assim aumenta a criatividade do discente.

O uso de brinquedos ajuda no relacionamento social já que com o brinquedo é possível trabalhar o cognitivo, gerando um maior crescimento e amadurecimento mental. O uso de jogos aumenta as possibilidades de aprendizado da criança com DI.

Segundo Vygotsky (1995) se faz necessário conhecer o desenvolvimento e o aprendizado das crianças com DI, pois assim o docente irá buscar caminhos alternativos para se tornar possível o processo de aprendizado.

Um pensamento de Vygotsky se faz jus, ele relata que o desenvolvimento e o aprendizado da criança com DI estão diretamente ligados com o processo de inclusão, sendo essencial a aceitação desses alunos em sala de aula do ensino regular. O autor Díaz (2011), traz outro argumento importante vejamos:

[...] podemos concordar que quando Vygotsky elaborou seu conceito de mediação social só pensou na atividade intermediária que um sujeito pode realizar para que outro aprenda melhor, isto é, de sujeito a sujeito; portanto, ele não considerou outras formas de mediação social que também se produzem e que seus seguidores desenvolveram, como é o caso da mediação pessoal, ou seja, do próprio sujeito sobre si mesmo. Esta colocação pode ser exemplificada com um fato muito conhecido que é quando uma pessoa utiliza por si mesmo, recursos mentais (como representações físicas ou mentais já aprendidas) para resolver uma tarefa qualquer, como pode solucionar um problema de matemática, ou para selecionar determinada alternativa afetiva numa relação amorosa. Esta mediação, este ato de pensar, esta atividade interna, de raciocínio, se produz com operações estimuladas de “dentro” e não de “fora”, dando-se assim uma mediação “interna”, ou seja, individual, própria, pessoal, sem consultar, antes ou depois, outra pessoa; sem requerer uma orientação externa, social, de outra pessoa mais experiente no assunto que nos preocupa, pelo menos imediatamente a sua ação mental, ação que é motivada pelo próprio sujeito e não pelos outros (2011, p. 229).

Tendo como base essas ideias muitos profissionais e docentes utilizam de alternativas metodológicas para poder trabalhar com crianças deficientes intelectuais, sendo uma delas o lúdico, utilizando a mediação entre o real e a fantasia.

De acordo com Díaz (2011) todas essas propostas ainda não estão sendo colocada em prática, mesmo sendo notório que o lúdico é a forma mais adequada ao aluno com DI as metodologias são escolhidas pelo professor, os professores têm as orientações adequadas de como se deve fazer as atividades pedagógicas, porém uma falha existencial grande é a falta de supervisão para verificar se de fato as atividades pedagógicas específicas planejadas estão sendo realizadas.

De uma forma genérica, aponta-se quais são os principais benefícios das atividades lúdicas para as crianças que apresentam DI (AUFAUVRE, 1987, p. 15-16).

- Melhora na diferenciação por meio de um melhor desenvolvimento dos órgãos sensoriais;
- Aumento da autoconfiança e melhora na estabilidade emocional;
- Maior estimulação cognitiva, orientação, concentração, reflexos e memória;
- Facilidade em apresentar suas próprias necessidades, capacidades e limitações a outras pessoas;
- Melhora na socialização, melhorando sua cooperação e resolução de conflitos;
- Assimilação da cultura, por meio das regras do jogo e por meio das regras do comportamento social.

Trabalhar a ludicidade faz com que melhore o aprendizado, para que assim alunos com DI tenham a mesma educação quanto aos demais, com os jogos aumenta-se a interação no aprendizado, potencializando áreas cognitivas, trazendo um ensino forte e satisfatório, garantindo uma participação voluntária desenvolvida no universo educativo.

É nesse contexto que o jogo ganha espaço como ferramenta ideal da aprendizagem, na medida em que propõe estímulos ao interesse do aluno, desenvolve níveis diferentes de sua percepção, enriquece sua personalidade e simboliza a um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem (ANTUNES, 2004, p. 37).

O ato de ensinar de forma divertida e prazerosa deve ser uma prioridade no planejamento já que é um ato motivador e amável para a criança, atualmente é

observado que os jogos têm potentes recursos de ensino para que assim a criança aprende sobre a realidade e se sinta incluída sob todos os aspectos escolares.

## 2.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sabe-se que a educação especial ocorreu quando a educação era apenas um atributo para aqueles que tinham boas condições financeiras, somente no final do século XVIII início do século XIX, surgiram instituições que tratavam pessoas com deficiências, acredita-se que nesse período tenha surgido a educação especial (AMARAL, 2001).

Ainda segundo Amaral (2001), foi neste momento que se iniciou a pedagogia especializada e institucionalizada diferenciando os indivíduos de acordo com seus diagnósticos levando em consideração o fator intelectual, estas instituições especiais tinham programas próprios, com especialistas constituindo um sistema de educação especial diferente dos demais, existia de fato dois subsistemas escolares que não se ligavam, a educação especial e a educação do ensino regular:

Na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 70, seria a terceira fase que constitui a fase da integração, quando o deficiente começou a ter acesso à classe regular, desde que se adaptasse e não causasse nenhum transtorno ao contexto escolar. Embora a bandeira da integração já tivesse sido defendida a partir do final dos anos 60, nesse novo momento houve uma mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, ou seja, escolas regulares aceitando crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns ou, pelo menos, em ambientes o menos restrito possível. Antes, só se consideravam adaptar-se à classe regular como está se apresentava, portanto, sem modificação no sistema escolar (BLANCO, 2003, p. 28).

Foi no ano de 1970 que começou as reivindicações, já que até então as Pessoas com Deficiência eram educadas em escolas especializadas, nesta época houve um marco importante, foi quando ocorreu as mudanças na educação especial, com as reivindicações dos pais de crianças com Deficiência que queriam seus filhos no ensino regular, que resultou no direito à educação pública gratuita à todas as crianças com Deficiência, as reivindicações ocorreram não somente dos pais, já que profissionais também pressionaram a sociedade para assim evitar a discriminação (NASCIMENTO, 2014).

De acordo com Nascimento (2014) foi a partir daí que ao invés de usar a expressão Deficiência passou a se utilizar o termo “Necessidades Educativas Especiais” integrando pessoas com Deficiências na escola regular, mesmo com essa integração para a igualdade de direitos foram poucos os benefícios para que de fato ocorresse essa

adaptação. A deficiência em si era considerada um problema, fazendo com que o aluno com deficiência se adapte à escola e não a escola que teria que se adaptar ao aluno.

Não somente um problema a deficiência foi atribuída por Vygotsky como um defeito algo que inferiorizasse o indivíduo, tais crianças que apresentavam esse “defeito” eram diagnosticadas por pediatras, psicólogos, pedagogos. Vygotsky foi quem trouxe o estudo da defectologia um termo que atualmente é olhado como uma forma de preconceito, porém o real intuito de Vygotsky era pensar e trabalhar a potencialidade das crianças e não seus defeitos aparentes (VALDÉS, 2002).

Quanto ao defeito, esse fator colocava as crenças em um descrédito social, provocando um sentimento de inferioridade em alguns casos esse sentimento impulsionava a superação destas crianças perante as suas dificuldades. Quando se refere a DI, na época chamada deficiência mental, Vygotsky diz que está deficiência foi tratada como uma “coisa”, limitando o deficiente a uma situação de estagnação, mesmo que crianças com deficiências possam ter características parecidas cada uma tem sua particularidade e de acordo com o meio em que vive sofre uma influência diferente, desta forma deve-se considerar a deficiência como um processo diferente em cada criança (VALDÉS, 2002).

Para Vygotsky (1997), a criança com deficiência intelectual tem seu desenvolvimento igual ao de uma criança com outro tipo de “defeito”, para ele a deficiência acaba estimulando o organismo e a personalidade a despertar um processo de compensação, formando funções que compensam ou se iguala, tornando a criança mais ativa ao meio.

É enfatizado que a criança que apresenta alguma deficiência não é formada somente por dificuldades, assim como outras crianças existe um mecanismo que responde a suas necessidades e a compensação é uma das formas que a deficiência usa para enfrentar os desafios que a sociedade impõe. Apenas na década de 1990 reforçou a Educação Inclusiva para alunos com deficiência, a partir de um movimento mundial surge a “Inclusão Social” com o termo “Educação Inclusiva” (NASCIMENTO, 2014).

Para Lima (2006), não se deve confundir o ensino inclusivo com educação especial embora ambos se contemplem. Entende-se que a educação especial nasceu de uma proposta de educação para todos, independente, de sua classe social. A escola

inclusiva nasce a partir de uma sociedade inclusiva, por meio de grupos que reivindicava seus direitos:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, [...] dentro e fora da escola (BRASIL 2007, p. 1).

Quando se fala sobre educação inclusiva podemos definir como uma prática de inclusão de todos, independentemente de sua deficiência, classe social e cultura, trata-se de um conceito de uma educação de boa qualidade para todos e com todos, eliminando barreiras para o aprendizado (CARVALHO, 2007).

Quando se aprende algo não se esquece. Blanco (2003), faz uma colocação importante perante a educação inclusiva:

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (BLANCO, 2003, p. 16).

O que de fato a inclusão demonstra é que todos são importantes para uma comunidade e as diferenças existentes faz com que o meio escolar enriqueça para novas aprendizagens. A inclusão é um perfeito modo de se fazer com que garanta a igualdade de oportunidades permitindo que os alunos com deficiência se relacionem com os demais alunos estabelecendo trocas de conhecimentos e assim transformando a sociedade, desta forma todos se desenvolvem esta igualdade permite com que ocorra trocas sem estagnar o desenvolvimento, para compreender melhor o sistema de inclusão vai muito além de inserir crianças com deficiência na rede de ensino regular (LIMA, 2006).

É necessário entendermos que o processo de inclusão trata-se de uma lição de cidadania aplicando o respeito mútuo e ao próximo, quando falamos em incluir é entender que existe outros de nós que precisam participar de todos os meios, tanto educacional, profissional e social independentemente da sua deficiência, sabemos que a inclusão escolar não se trata de uma tarefa fácil é necessário derrubar muitos preconceitos que infelizmente nos acompanha, porém atualmente estamos evoluindo

para uma inclusão plena transformando gradativamente a forma de pensar em relação ao aluno com suas diferenças.

## **2.5 PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA**

Utilizando o site oficial da prefeitura de Aparecida de Goiânia foi possível concluir as informações contidas nesse tópico. Atualmente a rede municipal de ensino de Aparecida de Goiânia conta com 768 alunos com algum tipo de necessidade especial, o município fornece 195 profissionais com formação específica para esse público (FULQUIM; CAMPOS, 2021).

Em Aparecida de Goiânia o assunto inclusão de pessoas com deficiência é tratado com muita cautela, o município dispõe da Secretaria Municipal de Educação – SME que é o departamento responsável por fornece todo o suporte pedagógico aos docentes que atuam com os alunos que necessitam de cuidados especiais. Para o secretário da educação, professor Divino Gustavo “A educação é um direito de toda criança e em Aparecida atuamos com o objetivo de um ensino inclusivo e de qualidade” (FULQUIM; CAMPOS, 2021).

Para Fulquim e Campos (2021) inserir o aluno com deficiência no ensino regular é de fato o primeiro passo para a inclusão, sendo de suma importância a instrução adequada de profissionais e escolas para que junto deste suporte o aluno tenha um melhor desenvolvimento pedagógico, ressaltando que: O processo de aprendizagem do aluno é por vezes diferente do restante da turma, por isso precisamos de ações adaptativas, flexibilidade do currículo e capacitação dos profissionais (s/p).

No município de Aparecida de Goiânia os alunos que possui necessidades especiais são acompanhados em suas atividades pedagógicas por profissionais capacitados que atuam dentro da sala de aula e na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE (FULQUIM; CAMPOS, 2021).

Para Vieira (2019) o município conta com o programa Benefício da Prestação Continuada na Escola – BPC, este programa foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Conforme disposto no art.1º, §3º do anexo do decreto

nº6.214, de 26 de setembro de 2007, com o intuito de garantir o acesso de adolescentes e crianças com deficiência a educação (BRASIL, 2018).

Conta-se também com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aparecida de Goiânia – APAE associação criada em 1954 no Rio de Janeiro trata-se de uma organização social com principal objetivo promover a atenção integral a pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, atendendo cerca de 250.00 pessoas com deficiência intelectual e múltipla no Brasil (APAE BRASIL, 2022).

Está vigente em Aparecida de Goiânia um projeto “Integração Social: Posso Ajudar?” com objetivo de fornecer uma bolsa de estágio aos pacientes da APAE, eles irão trabalhar nas Unidades de Pronto Atendimento – UPA, Unidade Básica de Saúde - UBS e ambulatórios de Aparecida com este projeto é possível integrar os pacientes com deficiência intelectual e múltipla na sociedade (VIEIRA, 2019). O projeto está dividido em três etapas, sendo a primeira uma abordagem uma abordagem clínica e pedagógica nos interessados em realizar o estágio que tenham o perfil e que atendam a necessidade do campo de atuação; a segunda etapa é a formação e capacitação na APAE nesses cursos capacitórios será trabalhado diversos assuntos tais como comunicação pessoal, postura profissional, deveres, direitos e outros; a última etapa consiste em levar os estagiários ao campo de atuação contando com o apoio das Assistentes Sociais e Psicólogas da APAE.

O estagiário selecionado vai receber uma bolsa de 50% do salário mínimo, com uma carga horária de 20 horas semanais, sendo quatro horas dias, de segunda a sexta-feira com um intervalo de 20 minutos para o lanche. Com este projeto é possível apoiar a integração, inclusão e socialização das pessoas com deficiência na sociedade (VIEIRA, 2019).

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica que para Gil (2007, p. 44) caracteriza uma pesquisa que faz investigações sobre ideologias ou se propõe a analisar a diversidade de posições a cerca de um problema caracterizando uma pesquisa investigativa sobre ideologias ou se propõe a analisar a diversidade de posições a cerca

de um problema. A abordagem será qualitativa com o intuito de defender um modelo único de pesquisa, com uma metodologia própria, sem julgamentos, preconceitos ou crenças para assim não influenciar a pesquisa, buscando explicar o porquê dos fatos, trazendo soluções, porém sem quantificar valores ou debelar à prova de fatos, já que os fatos apresentados são não-métricos, sendo o sujeito o objetivo da pesquisa, tendo o pesquisador um conhecimento parcial e limitado, com o objetivo apenas de produzir informações. (ENGEL, TOLFO, 2009)

De natureza básica esse projeto consiste em se obter novos conhecimentos que será útil para o meio científico acadêmico, não tendo aplicações práticas apenas envolvendo verdades e interesses comuns (GIL, 2007).

Este trabalho é classificado com objetivo exploratório trazendo um maior conhecimento ao tema, tornando o problema mais visível ao leitor e construir assim hipóteses de solução, por meio deste método é possível trazer uma maior familiaridade com o problema em questão, tornando-o mais evidente, com o levantamento bibliográfico será analisado exemplos que facilitem a compreensão ao tema (GIL, 2007).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, para Appolinário (2009) esse tipo de pesquisa utiliza a análise de documentos utilizando apenas fontes documentais tais como livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídias eletrônicas, com o objetivo de investigação.

Para Oliveira (2007) a revisão bibliográfica é um tipo de estudo que se faz por meio da análise de documentos científicos como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, para diferenciar esse tipo de pesquisas das demais a autora ressalta “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (p. 69), tendo como maior intuito fazer com que os pesquisadores tenham um contato direto com todos os artigos, obras e documentos de estudos aumentando assim seus conhecimentos científicos pelo tema escolhido. Fonseca traz uma contribuição significativa para o conceito de pesquisa bibliográfica onde diz:

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de

recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (apud FONSECA, 2002, p. 32).

De fato, assim como Fonseca, Oliveira e Appolinário (2009) entende-se que a revisão bibliográfica é feita por meio de uma revisão de documentos científicos trazendo como real motivo a investigação científica.

O levantamento dos artigos científicos para análise foi feito mediante busca na internet utilizando a plataforma do Google Acadêmico e Scielo, entre os anos de 2015 a 2022 com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre quais práticas pedagógicas são adequadas a crianças com deficiência intelectual de escolas públicas do ensino fundamental.

Inicialmente para a seleção dos artigos foi utilizado a plataforma do Google Acadêmico, utilizamos os indicadores: práticas pedagógicas, deficiência intelectual e inclusão nesses indicadores, utilizamos os seguintes filtros, artigos em português e classificamos por data, resultando em apenas 23 artigos encontrados nessa plataforma. Desses 23, apenas 2 foram selecionados por serem relacionados ao tema, os demais não se enquadravam no perfil da pesquisa sendo necessário uma nova pesquisa em outra plataforma. A plataforma de pesquisa escolhida foi o Scielo. Utilizamos os mesmos indicadores: práticas pedagógicas, deficiência intelectual e inclusão, mostrando um total de 4 artigos, destes 4 artigos apenas 2 foram selecionados, por serem relevante ao tema.

A partir desta busca, foram selecionados 3 artigos de revista e 1 livro eletrônico, para poder obter-se argumentos possíveis para poder discutir a escrita do trabalho acadêmico, os critérios foram minuciosos devido a necessidade de colocar em questão as dificuldades que a educação enfrenta em relação ao atendimento dos alunos com DI. É abordado como temática, a utilização de práticas pedagógicas como recurso pedagógico para crianças que apresentam deficiência intelectual, com foco em estudantes da rede pública de ensino, utilizando brinquedos, jogos pedagógicos o lúdico onde visamos à inclusão escolar e social dos estudantes com DI.

Para observar as considerações e propostas de cada artigo, a tabela abaixo representa a organização dos artigos pesquisados.

**Tabela 1: Síntese dos artigos analisados.**

Nº do Artigo	Título do Artigo	Ano de Publicação	Portal de Publicação	Autor/ es	Palavras-Chave	Abordagem Metodológica	Ideias Principais
1	Estratégias Pedagógicas	2015	Scielo	CARAMORI DALL'ACQUA	Educação Especial	Trata-se de uma pesquisa	Os autores elaboraram

	Empregadas por Professores de Educação Especial aos seus Alunos com Deficiência Intelectual Severa: um Estudo Descritivo da Prática Docente				Estratégias Pedagógicas  Prática Docente  Mediação Pedagógica	qualitativa, foram selecionados para a pesquisa professores de educação especial e alunos com deficiência intelectual, assim encontraram 8 turmas com esse perfil apenas 4 foram selecionadas. Foi feito um diário de campo, protocolo de observação e um roteiro de entrevista semiestruturado no qual foi aplicado aos professores. O processo de análise foi pelas informações coletadas e levantamento bibliográfico.	estratégias pedagógicas para que os professores utilizem em alunos com DI.
2	Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular	2015	SciELO	SANTOS MARTINS	Educação Especial  Práticas Pedagógicas  Inclusão Escolar  Deficiência Intelectual	Pesquisa qualitativa, para a construção dos dados foram a observação e entrevista semiestruturada, a observação foi de caráter assistemático, as entrevistas foram gravadas em áudios e transcritas totalmente. Os dados foram tabulados e analisados com base na análise de conteúdo.	Apontar as práticas pedagógicas de professores em uma escola pública de Natal/RN, frente aos alunos com deficiência Intelectual nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
3	A Importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Processo de Inclusão dos	2021	Google Acadêmico/ Ampla Editora	SILVA	LIVRO eletrônico	Foi adotado uma pesquisa de campo por meio de um estudo de caso com uma professora que atua no AEE do centro de ensino integral João	Cita a importância do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno com

	Alunos com Deficiência Intelectual					Mendes Olímpio de Melo, Teresinha- Piauí. Foi feito também um levantamento bibliográfico e foi aplicado um questionário de perguntas para a professora do AEE.	Deficiência Intelectual na sala de recursos multifuncionais. Apresenta a importância do AEE para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno com DI na sala de recursos multifuncionais.
4	O Lúdico no Processo de Inclusão Escolar e Social de Estudantes com Deficiência Intelectual	2021	Google Acadêmico/ Educação Continuada	SOUZA	Jogos Educativos Deficiência Intelectual Inclusão Escolar e Social	Trata-se de uma revisão bibliográfica, com a busca de autores relacionados ao tema, com leituras imersivas, estudos comparativos, análise e reflexão sobre a temática em periódicos, documentos, blogs. Abordando uma temática da utilização do lúdico como recurso pedagógico no processo de ensino das crianças com Deficiência Intelectual, das redes públicas de ensino.	Relata a prática docente em relação à inclusão, em instituições públicas que tenham crianças com deficiência intelectual. Utiliza a lei como método formativo dos professores que atuam no atendimento educacional especializa do. Propõe em entender as dificuldades de aprendizado destes alunos e a importância do lúdico para a construção didática.

**Fonte:** Elaboração do próprio autor.

Quanto à análise, optamos pela análise qualitativa, seguindo às etapas desse processo: 1ª – redução, na seleção e síntese dos dados, com a escolha dos descritores, autores, ano de publicação, periódico publicado; 2ª – apresentação para possibilitar análise sistemática das semelhanças, diferenças e inter-relações para a sistematização das informações, com base nas ideias principais e considerações finais dos artigos lidos; e 3ª – conclusões/verificação considerando o sentido e significado dos dados suas

peculiaridades e detalhamentos, com vistas à revisão dos dados para interpretação do pesquisador à luz do referencial teórico. (GIL, 2014)

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro artigo cujo título é “*Estratégias Pedagógicas Empregadas Por Professores De Educação Especial Aos Seus Alunos Com Deficiência Intelectual Severa: Um Estudo Descritivo Da Prática Docente*”, Caramori e Dall’acqua (2015), têm como objetivo descrever e analisar o processo educacional dos alunos com deficiência intelectual severa, com foco nas estratégias pedagógicas dos professores da educação especial na cidade de Araraquara, com uma abordagem qualitativa utilizando como roteiro uma entrevista semiestruturada.

Para os autores o conceito inclusão indica a adequação da escola para assim poder receber o aluno, destacando a necessidade de uma reformulação das políticas públicas educacionais em relação ao currículo as práticas avaliativas e a formação do docente para assim ser possível oferecer uma educação de qualidade para todos independente do seu grau de dificuldade.

Ressaltando que um professor que tenha a consciência da sua função e importância das suas ações sobre o processo de aprendizado do aluno, tem em suas mãos a chance de potencializar suas capacidades sendo indiferente suas limitações, pois os alunos da Educação Especial encontram em sua trajetória acadêmica com várias dificuldades, porém muitas delas podem ser vencidas com o uso da mediação.

Quando o professor de fato conhece o aluno com o qual se trabalha e sabe reconhecer suas respostas ao ponto de provocá-lo conscientemente do que ele é capaz de oferecer, o simples fato de o aluno conviver no ambiente escolar não é garantia para adquirir o aprendizado sendo extremamente necessária a intervenção do professor, sendo assim a forma como é feita essa interação influencia a trajetória do aluno.

Conclui-se que a maioria dos professores que participaram da pesquisa não prática de maneira efetiva a mediação dos alunos, sendo assim necessário programas de formação de professores, tanto inicial quanto continuada, para que assim saibam como atuar com os alunos que apresentam maiores dificuldades no processo de aprendizagem.

Em relação às estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para promover o aprendizado do aluno com DI, Carvalho (2017), enfatiza a importância do processo de formação dos professores sendo crucial que ele aprenda e entenda melhor sobre as práticas pedagógicas que façam o entender melhor sobre as diversidades já que o desconhecimento leva ao medo, insegurança, indiferença e engessamento, por isso que o lúdico é crucial para o atendimento de alunos com deficiência principalmente intelectual.

Já que se sabe que é reconhecendo cada aluno e em especial os com DI, reconhecendo suas dificuldades, possibilidades e capacidades o professor pode transformar suas práticas pedagógicas ampliando as oportunidades para garantir a aprendizagem, dando ao aluno com deficiência a oportunidade de fazer cada vez mais ir melhorando e tirando-o da condição de desvantagem, não o deixando ser visto por menos ou o pior devido a sua deficiência.

Concluindo que tanto para Caramori e Dall'acqua (2015) e Carvalho (2017) a base para obter uma melhor estratégia pedagógica para aluno com DI é a capacitação dos professores para assim poder dominar as melhores técnicas e entender que uma delas é o uso do lúdico.

O segundo artigo intitulado “*Práticas De Professores Frente Ao Aluno Com Deficiência Intelectual Em Classe Regular*”, Santos e Martins (2015), enfatiza investigar práticas pedagógicas de professores de uma escola pública do município de Natal/RN, frente aos alunos com DI nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ressalta que as práticas pedagógicas devem atender as diversidades da turma independentemente se existe um aluno com deficiência ou não, com procedimentos pedagógicos flexíveis, diversificado e que envolvam todos os alunos da sala, sem exceção.

De cunho qualitativo utilizando entrevistas semiestruturadas. Ao abordar as discentes entrevistadas foi pontuado como dificuldades extremamente importante a não preparação do sistema de ensino para atender os alunos com deficiência e a falta de estrutura na escola, principalmente o pouco conhecimento dos profissionais sobre as diversas deficiência e estratégias pedagógicas a serem utilizadas diante da tamanha diversidade de alunos na perspectiva inclusiva, tendo em vista que a concepção dos professores perante a educação inclusiva pode determinar o fracasso ou sucesso de alunos com DI na escola comum.

Os autores trazem também a necessidade de promover uma maior parceria com os docentes que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais tendo em vista a maior capacitação destes profissionais, ressalta também a importância da família no processo de aprendizado do aluno com DI, sendo de extrema importância a participação dos pais no Conselho Escolar.

Conclui-se que as principais dificuldades citadas pelos docentes foram: as lacunas na formação necessitando uma fundamentação mais sólida sobre como lidar com as diferenças na sala de aula; a persistência dos professores em manter apenas uma visão clínica da deficiência dando pouca receptividade aos alunos sendo considerados “diferentes” ou “deficientes” principalmente os com DI; a inexistência de uma rede de apoio e a pouca participação dos pais, esses são fatores agravantes para dificultar as melhores estratégias pedagógicas e que de fato ocorra o aprendizado.

Somente a formação inicial, adquirida em um curso de licenciatura não é o suficiente é necessário o docente estar conectado, em uma contínua formação, atendo às transformações que vem surgindo, ter a percepção do novo modelo de escola inclusiva estabelecido na política educacional, mesmo tendo a disponibilidade de material pedagógico e tecnológico se os mesmos fossem utilizados poderiam contribuir significativamente para o aprendizado de todos os alunos tendo em vista a inutilização dos mesmos.

Em relação às estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para promover o aprendizado do aluno com DI, como citado no trabalho por Caramori e Dall’acqua (2015) e Santos e Martins (2015) fecham o mesmo pensamento de Carvalho (2017) que mostra a importância do processo de formação dos professores sendo crucial que ele aprenda e entenda melhor sobre as práticas pedagógicas para que assim o aluno com DI consiga de fato concluir o aprendizado.

O terceiro artigo “*A Importância Do Atendimento Educacional Especializado (AEE) No Processo De Inclusão Dos Alunos Com Deficiência Intelectual*”, Silva (2021) enfatiza que mesmo em meio a tantos desafios diários a escola deve criar métodos e técnicas de aprendizado que de fato enriqueça a educação dos alunos com DI, partindo de um pressuposto de valorizar o trabalho coletivo.

Relata que o uso do lúdico é de fato significativo no aprendizado do aluno com deficiência é que para esses alunos é necessário encontrar várias oportunidades de

explorar suas habilidades com estratégias pedagógicas pautadas no direcionamento fortalecendo a teoria, ressalta que o uso do lúdico trata-se da exploração do conhecimento prévio do aluno e através de atividades divertidas sua capacidade é estimulada.

Ao utilizar atividades com o uso de jogos, memorização e produção podem de fato aguçar os sentidos dos alunos promovendo assim o aprendizado. O autor traz como palavra-chave o reinventar, pois quando o docente conhece o seu aluno, busca um contato com a família, descobre os gostos, sonhos, desejos, habilidades e entendem as principais dificuldades desse aluno o docente consegue agregar um maior conhecimento a esse aluno.

Para ter êxito no ensinamento desses alunos não é necessária uma abordagem nova, mas sim uma abordagem adaptativa de acordo com sua realidade. De fato, compreende-se que os jogos estimulam o lado cognitivo desse aluno, fazendo com que ele tenha prazer durante o aprendizado, possibilitando trabalhar diversas esferas tanto física, social ou psíquica, entende-se que atividade de reforço é positiva contribui para que o entendimento desses alunos seja de certa forma facilitada.

Para Silva (2021) utilizar do lúdico é uma prática pedagógica que possibilita aprender de uma forma dinâmica, prática e divertida, o jogo estimula o discente tanto pelo erro quanto pelo acerto, o estudo coletivo, desperta o interesse pela socialização, estimulando a memória, concentração, reflexão e o interesse em descobrir algo novo.

Os jogos no momento da aprendizagem edificam saberes e em alunos com DI vários aspectos são estimulados e se socializando o aluno constrói um conhecimento coletivo. O lúdico possibilita um aprendizado unificando aspectos físicos, sensoriais, cognitivos e motores abrindo espaço para que o aluno compreenda o conteúdo através de suas experiências, dando ao aluno com DI a oportunidade de reconhecer e conhecer o objeto de estudo.

Em relação às quais atividades lúdicas são realizadas em estudantes com DI como citado no trabalho por Amâncio; Santana (2013) para se desenvolver uma educação inclusiva de qualidade é necessário adaptar o currículo e ter um local específico e materiais didáticos para poder trabalhar o lúdico com esses estudantes e que as atividades lúdicas trabalha o aprendizado, intercâmbio, juízo, como agir e provoca maiores estímulos ao sistema neurológico, melhorando vários aspectos do indivíduo

com DI como a psicomotricidade o desempenho físico, intelectual e mental, essas atividades melhoram todo o desenvolvimento do aluno tanto físico, intelectual e social.

Vygotsky (1998) também ressalta que a brincadeira leva ao aluno com DI uma melhora na comunicação com seus familiares, aprimora sua percepção sobre si mesmo, amplia sua imaginação, confiança, autoestima, autocontrole e compreensão, compreendendo que as atividades lúdicas promovem o aprender fazendo e o coleguismo aumenta assim a criatividade do discente. Vygotsky (1995) diz ser extremamente necessário conhecer o desenvolvimento e o aprendizado das crianças com DI, pois assim o docente irá buscar caminhos alternativos para se tornar possível o processo de aprendizado já Silva (2021) traz como palavra-chave o reinventar, que se trata do fato de conhecer o aluno, buscando um contato com a família, descobrindo, gostos, desejos, sonhos desses alunos, pois quando se entende de fato o aluno se torna mais fácil agregar o conhecimento.

O quarto artigo analisado é “*O Lúdico No Processo De Inclusão Escolar e Social De Estudantes Com Deficiência Intelectual*”, Souza (2021), com objetivo de destacar o quanto as práticas de ensino baseadas em jogos são poderosas para os estudantes com DI, entendendo que essas práticas pedagógicas ajudam em totalidade o desenvolvimento da criança tanto cognitivo, social, emocional, na linguagem, psicomotor e assim garantir um acesso ao currículo escolar.

O artigo enfatiza que teve um aumento considerável de matrículas de crianças com deficiência e o maior índice dessas matrículas são de alunos com DI e que para esses alunos as atividades lúdicas são as melhores para a motivação do aprendizado, principalmente aqueles que chegam desmotivados. O lúdico irá potencializar vários aspectos do aluno: a psicomotricidade, desenvolvimento físico, emocional e intelectual. O brinquedo ajuda nas relações sociais, trabalhando o cognitivo, gerando amadurecimento e crescimento, fornecendo grandes possibilidades de aprendizado.

De uma forma sintetizada o autor apresenta alguns dos benefícios das atividades lúdicas para os alunos com DI: o aprimoramento dos órgãos sensoriais, aumento da estabilidade emocional, a estimulação cognitiva, a possibilidade de apresentar suas próprias necessidades, a socialização, apropriação da cultura através da descoberta das regras do jogo.

Em relação às quais atividades lúdicas são realizadas em estudantes com DI como citado no trabalho por Souza (2021), destaca que para sua infelicidade a realidade das escolas ainda não se adequam aos alunos, mesmo sabendo que o lúdico é a forma mais eficaz já que as metodologias são escolhidas pelo docente e tendo de alguma forma as orientações de como deve ser realizado a prática pedagógica, não existe de fato uma supervisão para verificar se realmente essas práticas com os jogos estão sendo aplicadas. Necessitando assim de maiores investimentos na formação inicial dos professores e um acompanhamento sobre a realização dos planejamentos pedagógicos, investindo também na contratação de psicopedagogos.

Como dito no referencial teórico deste trabalho por Carvalho (2017) ao inserir brincadeiras e jogos na rotina escolar, pode auxiliar o aluno a enfrentar a exclusão e que o docente tem um papel relevante para esse processo sendo necessário que ele utilize seu potencial articulador para auxiliar o aluno a enfrentar as possíveis dificuldades que o processo de inclusão pode trazer concordando com a ideia de Souza (2021), para Carvalho (2017) é de suma importância que no processo de formação do professor ele aprenda e entenda melhor sobre práticas pedagógicas que faça entender melhor a diversidade, tendo em vista que o desconhecido leva ao medo, insegurança, indiferença e engessamento, por isso que o lúdico é crucial para o atendimento de alunos com deficiência principalmente intelectual.

Já que se sabe que é reconhecendo suas dificuldades, possibilidades e capacidades o professor pode transformar suas práticas pedagógicas ampliando as oportunidades para garantir a aprendizagem, dando ao aluno com deficiência a oportunidade de fazer cada vez mais e ir melhorando, tanto Souza (2021), Silva (2021) e Carvalho (2017) enfatizam a importância da formação continuada do professor e de adotarem o lúdico para assim facilitar o processo de aprendizado dos alunos principalmente os alunos com DI.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa, que aqui relatamos, trouxe aspectos importantes em relação às práticas pedagógicas desenvolvidas por professores em alunos com DI. Diante disso verificamos que mesmo os professores relatando ter dificuldade em utilizam o lúdico na

rotina pedagógica diária, existe documentos com orientações que norteiam o professor sobre o atendimento educacional especializado, comprovando que esse método de aprendizado garante uma maior motivação, entendimento e prazer ao estudante.

Sendo assim o uso do lúdico em sala de aula deve ser uma prioridade para que o ensino possa ser mais significativo, motivador e que desperte o interesse em aprender sem que seja tedioso. Para o aluno com DI esse tipo de atividade permite que ele participe e seja bem-querido com os colegas da turma, fazendo assim uma conexão entre o estudar e o coexistir.

Devemos ressaltar a necessidade premente de uma formação continuada aos professores e aos demais colaboradores que lidam com alunos que possuem necessidade especial, como aqui relatado não, é suficiente apenas a formação inicial adquirida no curso de licenciatura o professor deve sempre está conectado as transformações que venham a surgir e está sempre atento ao novo modelo de escola inclusiva constituído na política educacional.

Desse modo, existe uma necessidade de maiores investimentos na formação inicial e continuada dos docentes, para que assim possam exercer ações educativas mais direcionadas a diversidade existente em sua sala, lidando com os alunos sem necessidades especiais, com necessidade e até mesmo os que tenham dificuldades de aprendizado. Podemos afirmar que é um longo processo de mudança e de aprendizagem e de inclusão a todos os alunos, sem distinção.

Finalizando, é importante investir na contratação de psicopedagogos nas escolas, tendo em vista que esses profissionais podem auxiliar tanto os professores quanto os pais na forma de agir, pensando nas atitudes e comportamentos, mas prioritariamente para conduzir os processos de ensino e aprendizagem de maneiras mais potentes às necessidades individuais, utilizando diferentes recursos e possibilidades de alcance às especialmente dos estudantes DI.

## REFERÊNCIAS

AUFAUVRE, M. R. **Aprender a brincar, aprender a viver: jogos e brinquedos para a criança deficiente, opção pedagógica e terapêutica.** São Paulo: Manole, 1987.

AMÂNCIO, J. B. S; SANTANA, J. D. **Atividades lúdicas para alunos com deficiência intelectual**. TCC do Programa do Curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas PROMOVE de Brasília e do Instituto Superior de educação do ICESP. Brasília – DF, 2013.

AMARAL, P. Deficiência Intelectual: A Realidade. Clube dos Autores. v 1, junho. 2014.

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

ANTUNES, Celso. **Livro brinquedoteca**. A criança, o adulto e o lúdico. 3ª Ed. Editora Vozes. 2004.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ALMEIDA, M. S. R. **O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo**, 2007.

Disponível em:<[https://josiprofessora.webnode.com/\\_files/200000034-4a9e54c924/O%20QUE%20%C3%89%20DEFICI%C3%8ANCIA%20INTELECTUAL%20OU%20ATRASSO%20COGNITIVO.pdf](https://josiprofessora.webnode.com/_files/200000034-4a9e54c924/O%20QUE%20%C3%89%20DEFICI%C3%8ANCIA%20INTELECTUAL%20OU%20ATRASSO%20COGNITIVO.pdf)>. Acesso: 03 de nov. 2021.

ARANHA, Maria Salete Fabio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. In: Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, nº 21, 2001

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/772>>. Acesso: 03 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional especializado**: Deficiência mental. Brasília, DF, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. SECAD- Educação continuada. **Programa BPC na Escola- Acompanhamento e Monitoramento do Acesso a Permanência na Escola dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social**. Brasília. DF, 2018.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003.

CARAMORI, Patricia Moralis; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Estratégias pedagógicas empregadas por professores de educação especial aos seus alunos com

deficiência intelectual severa: um estudo descritivo da prática docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 367-378, 2015.

CAROLINA, Ana Cardoso de Carvalho. **A importância do lúdico na inclusão de alunos com deficiência intelectual**. Revista Educar FCE, v. 6, nº 01, abril de 2017. Disponível em: <<https://www.fce.edu.br/pdf/EDUCAR-FCE-6ED-VOL1-23-06-207.pdf#page=181>>. Acesso em: 24 agost. 2021.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

COELHO, V. M. **O jogo como prática pedagógica na escola inclusiva**. Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. Conselheiro Lafaiete – MG. 2010. DÍAZ, F. O processo de aprendizagem e seus transtornos. Salvador: EDUFBA, 2011.

CARVALHO, A. C. C. A Importância do lúdico na inclusão de alunos com deficiência intelectual. **EDITORIAL**, 2017, 6.01: 181. Disponível em: <<https://www.fce.edu.br/pdf/EDUCAR-FCE-6ED-VOL1-23-06-207.pdf#page=181>>. Acesso em: 17 set. 2021.

DATASUS. Departamento de informática do SUS, Ministério da Saúde. **Site**. Brasil, 2018. Disponível em: <[http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f70\\_f79.htm](http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f70_f79.htm)>. Acesso em: 18 set. 2022.

DÍAZ, F. **O processo de aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ENGEL, Tatiana; TOLFO, Denise. Métodos de pesquisa. **Porto Alegre: Editora da UFRGS**, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyEIzmkC&oi=fnd&pg=PA9&dq=m%C3%A9todos+de+pesquisa+gerhardt&ots=93R701lsNF&sig=5qcsfHU0-q7hxrPPMtYQcFqGtaM#v=onepage&q=m%C3%A9todos%20de%20pesquisa%20gerhardt&f=false>>. Acesso em: 17 set. 2021.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Rede APAE e sua história**. Disponível em: <<https://www.apae.com.br/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

FULQUIM, Juliana; CAMPOS, Gedeon. Educação comemora o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. **Prefeitura de Aparecida**, 2021. Disponível em: <<https://www.aparecida.go.gov.br/educacao-comemora-o-dia-nacional-da-luta-da-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G.; NUERNBERG, A. H. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, n 10, julho. 2013. p. 101-116. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/994/820>. Acesso em: 21 março 2022.

GLAT, Rosana. **Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos 2010**. Conheça o Brasil – População: Pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 26 agost. 2021.

LENCIONI, M. C. J. **Deficiência mental: o papel da dimensão lúdica e afetiva na aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUC, 2007.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

NASCIMENTO, L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-comdeficiencia/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2021.

ROCHA, M. G. de S. da; PLETSCHE, M. D. Deficiência múltipla: disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 112-125, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v22.n1.p.112-125>.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 395-408, 2015.

SAMPAIO; V. G. Comunicação alternativa com símbolos táteis e Autoscopia: favorecendo a comunicação do aluno com múltipla deficiência sensorial e a formação continuada de professores de Educação Especial. 2019. 193 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Maria Dalila Sousa. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. **Educação especial/inclusiva em contexto: saberes em evidência**, p. 9.

SILUK, A. C. P. (org). **Formação de professores para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: Ministério da Educação, 2011.

SOUZA, Alessandra Ricz de Melo. O LÚDICO NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. **Revista Educação Continuada**, v. 3, n. 4, p. 23-32, 2021.

VÁLDES, M. T. M. A educação especial na perspectiva de Vygotsky. In: MAGALHÃES, R. C. B. P.; LAGE, A. M. V. (Orgs.). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Vol. 5. Madri, Visor distribuciones, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectología**. La Habana: Pueblo y Educación, 1997.

VIEIRA, Rackel. Festa promove inclusão às crianças com deficiência. **Prefeitura de Aparecida**, 2019. Disponível em: < <https://www.aparecida.go.gov.br/festa-promove-inclusao-as-criancas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.